

**OS DILEMAS DA CONSOLIDAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL  
NAS ZONAS RURAIS DA GUINÉ-BISSAU: O PAPEL DO PMA NO FORTALECIMENTO  
DA SEGURANÇA ALIMENTAR DAS POPULAÇÕES RURAIS,  
ESPECIALMENTE DAS MULHERES<sup>1</sup>**

**Binto Mané<sup>2</sup>**

**RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo entender o papel que as mulheres rurais para garantia da Soberania e Segurança Alimentar na Guiné-Bissau. A metodologia utilizada para a realização do trabalho foi baseada em métodos qualitativos, os dados foram coletados através de levantamentos bibliográficos e relatórios. Percebe-se que o projeto “Mulheres Rurais: garantes da produção, segura nos direitos e consolidação da paz” da Tiniguena em parceria com o Programa Mundial de Alimentação, contribui de forma ativa no processo de empoderamento econômico, sociopolítico e na promoção de equidade de gênero. Os principais resultados da formação das mulheres foram maior conhecimento, consciência dos seus direitos, aumento da produção e poder de decisão dos seus rendimentos.

**Palavras-chaves:** Mulheres no desenvolvimento econômico - Guiné-Bissau. Programa Mundial de Alimentação. Segurança alimentar - Guiné-Bissau.

**ABSTRACT**

This paper aims to understand the role that the World Food Program (WFP) has in the sovereignty and food security of rural populations in Guinea-Bissau, especially in the empowerment of rural women. The methodology used to carry out the work was based on qualitative methods, data were collected through bibliographic surveys and reports. It is noticed that the project "Rural Women: guarantors of production, safe in rights and consolidation of peace" by Tiniguena in partnership with the World Food Program, actively contributes to the process of economic, socio-political empowerment and the promotion of equity in gender. The main results of the training of women were greater knowledge, awareness of their rights, increased production and decision-making power regarding their income.

**Keywords:** Food security - Guinea-Bissau. Women in economic development - Guinea-Bissau. World Food Program.

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juliana Mércia Guilherme Vitorino.

<sup>2</sup> Bacharela em Humanidades e graduanda em Relações Internacionais pela UNILAB.

## 1 INTRODUÇÃO

O tema da segurança alimentar tem sido cada vez mais importante para as populações rurais, que, para além da pobreza e dificuldade de acesso ao alimento, vivem de agricultura como meio de subsistência. De acordo com Maluf et al. (2000) segurança alimentar e nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato alimentar. Esta condição não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, e nem o sistema alimentar futuro, devendo ser realizada em bases sustentáveis.

Segundo as Nações Unidas apud Bolonha (2013) a reflexão sobre o conceito de segurança alimentar começou a ganhar expressão após o fim da Primeira Guerra Mundial em consequência das privações e fome sentidas na Europa, tendo passado a ser um tema de grande importância com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, onde este conceito ganharia mais destaque.

Segundo Gomes (2019) a ideia de soberania alimentar surgiu pela primeira vez na conferência “Cúpula Mundial de Alimentação” - sobre “segurança alimentar mundial e plano de ação da cimeira mundial da alimentação” no ano de 1996 em Roma, do mesmo modo também surgiu o conceito de soberania alimentar pensado por Via Campesina<sup>3</sup>, surgiu em contradição a ideologia de segurança alimentar defendida pelas organizações, como a FAO e ONGs internacionais. Sendo assim, a produção de cada Estado ou país tem a obrigação de trabalhar suficientemente para ter capacidade de produzir os alimentos básicos suficientes para que estejam disponíveis e não falem nas comunidades.

De acordo com Jalil (2009, pg.47): a Soberania Alimentar é o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantem o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos camponeses, pescadores e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nas quais a mulher desempenha um papel fundamental [...]. A Soberania Alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos. (apud MALUF, 2007, p. 13)

---

<sup>3</sup> É um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/entenda-quem-e-a-via-campesina/1040>. Acessado em: 17/072021.

No contexto africano, a segurança alimentar continua a estar muito ligada com a produção agrícola, isto é, com o conceito de soberania alimentar. Isto porque continua a ser através da agricultura que grande parte das famílias asseguram a sua segurança alimentar que tem sido ameaçada por várias condicionantes externas e internas como a crise mundial econômica e financeira, as mudanças climáticas ou as migrações. A “crise dos cereais” de 2007-2008, que levou à inflação dos preços dos alimentos, com consequências graves para muitas populações, veio reforçar as preocupações em relação aos riscos de insegurança alimentar em vários países do continente (BOLONHA, 2013).

As alterações climáticas, nomeadamente a alteração do regime de chuvas, o êxodo rural e as migrações internacionais e a diminuição da mão-de-obra disponível para os trabalhos agrícolas, têm tido impactos negativos nos sistemas agrários que a falta de investimento e apoio público na agricultura têm acentuado.

A Guiné-Bissau tem a agricultura como a principal atividade econômica, que desempenha um papel importante na segurança alimentar e nutricional da população. Uma vez que a maioria das pessoas, principalmente do meio rural tem a agricultura como sua principal fonte de alimentos e de rendimento, assim sendo, o desenvolvimento da agricultura é fundamental para reduzir a pobreza, visto que parte do rendimento das famílias rurais provém do setor agrícola. (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2017)

No entanto, organizações internacionais como a FAO, PMA, entre outras, preocupadas com a segurança e soberania alimentar têm desenvolvido projetos na Guiné-Bissau. Diante disso, o PMA sendo uma instituição que trabalha com questões de agricultura, segurança alimentar e nutricional na Guiné-Bissau, apresenta-se a seguinte pergunta: qual tem sido o papel do PMA na Segurança e Soberania Alimentar das populações rurais na Guiné-Bissau, especialmente no empoderamento das mulheres rurais? Assim o presente trabalho tem por objetivo entender o papel que o Programa Mundial de Alimentação (PMA) tem tido na soberania e segurança alimentar das populações rurais na Guiné-Bissau, especialmente no empoderamento das mulheres rurais.

Para realização deste trabalho optamos por uma abordagem qualitativa e os dados foram coletados através de levantamentos bibliográficos como monografias, teses, pesquisas em sites acadêmicos, artigos. Também trabalhamos com relatórios, documentos do governo e das organizações não governamentais nacionais.

Na primeira parte pretendemos fazer uma contextualização da situação econômica pós independência da Guiné-Bissau. Já na segunda parte evidenciaremos aspectos sobre o conceito

de segurança alimentar, pensando esse conceito no continente africano e especificamente no contexto guineense. No terceiro e último capítulo analisaremos o projeto “Mulheres Rurais-Garantes da produção, segura nos direitos e consolidação da paz” executado por Tiniguena em parceria com o Programa Mundial de Alimentação (PMA) na Guiné-Bissau com objetivo de empoderar mulheres em zonas rurais.

## **2 SITUAÇÃO SOCIO ECONOMICA DA GUINÉ-BISSAU PÓS INDEPENDÊNCIA**

Depois da independência a Guiné-Bissau seguiu um modelo de economia de direção central, como os países do Leste europeu, onde o Estado começou a gerenciar em quase todos os segmentos da economia, nacionalizando estruturas empresarias deixadas pelas colônias, mantém os processos e atividades de importação sob controle como a importação de arroz e outros produtos da primeira necessidade, e para exportação tem a de mancarra (amendoim), algodão etc. Essa política agravou e destruiu as poucas empresas privadas, fornecedoras transitadas da época colonial. (BOCK,2009, PG.14)

Após o golpe de estado de 1980, que teve como consequência a ruptura do projeto histórico da unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, os anos 80 foram marcados por um período de histórico político difícil.

Por conseguinte Gomes (2008) salienta que os anos oitenta foram marcados, por um lado, por um “fermentar da atividade política”, ainda que o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), partido no poder, tivesse mantido como força dominante e, por outro, pelo início de um processo de liberalização econômica. Como aponta Gomes (2008, pg. 01) no ano de 1986, o governo revogou as primeiras restrições comerciais e no IV Congresso do PAIGC, feito no mês de novembro do mesmo ano, o governo inseriu normas que reduziam uma boa parte de controle do Estado sobre a economia, no entanto, o comércio aumentou a possibilidade de investimento estrangeiro, mas, infelizmente, a partir de 1987 o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) não alcançou os resultados esperados.

O programa não levou em conta o contexto socioeconômico no qual o país se inseria, considerando que para a sua realização exigia condições socioeconômicas inexistentes na Guiné-Bissau. Assim sendo,, Gomes (2008, pg.02) aponta 3 medidas importantes entre as várias implementadas pelo PAE para melhor compreensão do crescimento exponencial do fenômeno da economia informal: 1- a adoção de uma política fiscal restritiva, o que entre outras coisas implicou demissões dos funcionários públicos, a desvalorização dos salários públicos e redução

dos investimentos nos sectores como a saúde e a educação; 2 - a liberalização dos preços, do comércio e dos mercados, o que significou o aumento das oportunidades de negócio; 3 - e a desvalorização da moeda nacional, cujo principal resultado foi o aumento dos preços dos produtos importados.

A estrutura econômica do país sofreu grande transformação, passou por modelo de economia do tipo socialista para liberal, uma vez que quem dita as regras são o mercado e não mais o Estado. Ao passo que, essa mudança trouxe reflexo na atitude e comportamento dos agentes econômicos, bem como, nas famílias, principalmente nos jovens e as mulheres de zonas rurais e nas cidades. (Gomes,2008, Pg.05)

Em virtude disso, com essa adaptação estrutural de economia não levaram em consideração a situação econômica na qual o país se inseria. No entanto, na década de 90, a situação continuou na mesma, sem melhoras, embora algumas famílias do interior do país que se dedicaram à plantação de caju, os comerciantes do mesmo setor, viram a sua situação melhorar devido à valorização de caju no mercado internacional. Segundo Mendes (2010), a partir dos anos 90 a Guiné-Bissau começou a ganhar mais visibilidade como produtor e exportador no mercado internacional.

Diante disso, o conflito político militar de 1998-1999 piorou a situação econômica existente, cujos resultados se fazem sentir até nos dias de hoje, e tem como consequência, baixo crescimento do PIB real para (-28%) no ano de 1998 (Banco de Portugal, 2004 *apud* BOCK,2009, Pg.16).

Por outro lado, na Guiné-Bissau, a pobreza atinge principalmente as mulheres. No quadro abaixo, a índice de pobreza humana de acordo com o sexo e regiões, pode se ver que existem amplas desigualdades entre mulheres e homens, a pobreza é mais dominante na população feminina.

**Tabela 1** - Pobreza humana entre homens e mulheres

Regiões	IPH* para as mulheres	IPH para os homens
Bissau	35,0	30,6
Bafatá	64,4	51,9
Gabú	60,3	42,1
Cacheu	59,1	42,1
Oio	67,7	60,6
Biombo/Bolama	57,6	47,9
Quinara/Tombali	64,6	47,1
Guiné-Bissau	53,5	38,7

\*IPH- Índice de Pobreza Humana

Fonte: PNUD, *Rapport national sur le développement humain em Guinée-Bissau 2006*, p.10

De acordo com PNUD (2006), pode-se observar que 60 a 65% das mulheres atingidos pela pobreza são das regiões de Bafatá, Quinara, Tombali e Gabú, entretanto, 67,7% são da região de Oio. De tal forma, esses números mostram a grande desigualdade de gênero e o índice de pobreza humana existente.

Além disso, a faixa etária mais vulneráveis é das idosas e jovens, e tem-se verificado alta taxa de pobreza extrema no país.

De acordo com Gomes (2008), um estudo realizado em 2006, mostra que 245.965 indivíduos são atingidos pela extrema pobreza, entre eles, 51% são mulheres e 49% são homens, por outro lado, a extrema pobreza é mais alarmante nas zonas rurais em relação ao centro urbano, 11,5% da população de zonas rurais são afetados e a população da cidade de Bissau são 9,3%.

Devido à crise econômica recorrente que o país se encontrava, sobretudo, o conflito político-militar de 1998, que ceifou a vida das pessoas e deixou outros em estado de deficiência, na maioria das vítimas eram homens provedores das famílias. Adicionando a incapacidade física provocada por doenças paralíticas. Por razões de guerra muitas mulheres ficaram viúvas e tornaram responsáveis das suas casas cuidando dos filhos. As mulheres progressivamente acabam assumindo responsabilidade das famílias sustentada em pequena linha produtividade (MINISTÉRIO, 2014). (Mendes, 2016)

Segundo Barros e Santy (2018), a redução dos serviços públicos aumentaram o peso da responsabilidade das mulheres através da procura de alternativas para assegurar o investimento na família, devido à perda de capacidade econômica e do aumento do desemprego formal que

afetou os homens, que não conseguiram desenvolver estratégias adaptativas para enfrentar a falta de emprego levando em consideração os níveis de preconceito sobre o tipo de trabalho realizado em função dos sexos, não expondo os homens à situação face ao desemprego que lhes diminuiriam o que pensam ser o estatuto oficial.

Diante disso, não podemos falar da economia da Guiné-Bissau sem mencionar o papel que as mulheres desempenham para o seu crescimento.

Para Mendes (2016), quanto a fatores condicionantes pode-se supor que a predominância no setor agrícola na economia detém 60% do PIB do país e as mulheres têm suas atividades econômicas concentradas neste setor tais como cultivo de arroz, feijão, mancarra (amendoim), horticultura, etc.

Essas atividades desempenhadas pelas mulheres continuam invisibilizada, Mendes (2016) salienta que suas atividades econômicas no setor informal não aparecem no PIB nacional como elemento integrante, do mesmo modo que o desenvolvimento dessas atividades ainda se encontram numa situação precária, principalmente na atividade agrícola que a prática é manual e sem apoio suficiente do governo.

### **3 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

No entanto, e apesar da melhor compreensão das múltiplas dimensões deste conceito e dos compromissos assumidos por parte das organizações internacionais e dos Estados, a segurança alimentar de todos os povos estão longe de ser assegurada. Segundo o relatório da FAO (2020) 690 milhões de pessoas passam fome, ou 8,9% da população mundial - 10 milhões de pessoas em um ano e quase 60 milhões em cinco anos. O número de pessoas afetadas por insegurança alimentar grave, outra medida que se aproxima da fome, apresenta tendência de aumento semelhante. Em 2019, cerca de 750 milhões - ou quase uma em cada dez pessoas no mundo - foram expostas a níveis graves de insegurança alimentar.

A crise dos cereais de 2007-2008 veio agravar o estado de insegurança alimentar e comprometer a segurança alimentar de muitos, pelo que a FAO estima que, após a inflação mundial dos preços dos alimentos de 2007 – 2008 e a recessão econômica subsequente, o número de pessoas que sofrem de fome crônica no mundo aumentou pelo menos 100 milhões, para os quase mil milhões de pessoas (FAO, 2012).

Como vimos, as preocupações sobre a segurança alimentar não são recentes, mas, nos últimos anos tem-se intensificado impulsionado por uma maior preocupação política e estudo.

No contexto africano, a segurança alimentar continua a estar muito ligada com a produção agrícola, e grande parte das famílias continua a assegurar a sua segurança alimentar através da agricultura que tem sido ameaçada por várias condicionantes externas e internas como a crise mundial econômica e financeira, as mudanças climáticas ou as migrações (BOLONHA, 2013).

#### **4 SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR NA GUINE-BISSAU**

A África sendo um continente com 54 países, segundo Leão (2013) quase 80% deles vivem a instabilidade, insegurança social e política, com a falta de acessos básicos à educação, saúde, à segurança alimentar e sem direitos, deste modo, a população sofre não só com a miséria, mas também sofre com a fome, desnutrição, desemprego, doenças, desastres naturais, etc.

Na Guiné-Bissau o cultivo de arroz é principal produção alimentar e é a base alimentar dos guineenses. Sendo assim, a agricultura tem um papel importante na segurança alimentar e nutricional da população, pois, para maioria das pessoas principalmente no meio rural o arroz é a principal fonte de rendimento e alimentos. Assim, o desenvolvimento da agricultura é essencial para redução da pobreza visto que, parte do rendimento das famílias rurais provem da mesma. (MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL,2017)

De acordo com Bolonha (2013), uma grande parte das famílias guineenses garante a sua segurança alimentar através da agricultura de subsistência familiar, que não só tem um papel fundamental como garante de segurança alimentar como também é uma fonte de rendimentos adicionais quando comercializados os produtos agrícolas. No entanto, as alterações climáticas, nomeadamente a alteração do regime de chuvas, o êxodo rural e as migrações internacionais e a diminuição da mão-de-obra disponível para os trabalhos agrícolas, têm tido impactos negativos nos sistemas agrários que a falta de investimento e apoio público na agricultura têm acentuado.

Segundo Santy (2021) a maioria da população guineense vive em uma condição precária, sem acesso aos alimentos mínimos, muitos não têm água potável, eletricidade, um posto de saúde público ou uma educação de qualidade. Os serviços de saneamento são de péssimas qualidades, isso mostra níveis de pobreza extrema principalmente nas zonas rurais, as pessoas mais expostas à insegurança alimentar e à fome estão sempre envolvidas diretamente na produção de alimentos, elas usam a técnica de criação de animais, caça, pesca entre outros,



fazem o que podem para alimentar suas famílias ou para ganhar dinheiro nos mercados de produtos locais.

A insegurança alimentar atinge principalmente os países mais pobres com a origem nas mudanças climáticas, falta de formulação de políticas públicas dos governos no combate à fome, conflitos. Diante disso, Santy (2021) mostra que para a ONU a questão da fome é pior nos lugares onde os sistemas agrícolas são sensíveis à variação de temperaturas, chuvas, isso acontece em vários países africanos, como na Guiné-Bissau.

## **5 INSEGURANÇA ALIMENTAR NA GUINÉ-BISSAU**

Segundo Carvalho (2008) quando uma família não tem a alimentação de qualidade e quantidade adequada, ela se encontra na situação de insegurança alimentar. Sendo a pobreza a principal causadora da insegurança alimentar devido a sua influência na subalimentação, dando origem a fome e desnutrição. Segundo Maluf *et al* (2000), os países do sul global apresentam uma maior concentração de renda, níveis crescentes de pobreza urbana e principalmente, a incidência de crescente da pobreza rural.

A fome decorrente da pobreza, afeta, conseqüentemente, a população rural onde se localizam cerca de 3/4 do total de subnutridos do mundo, porém, o fenômeno da urbanização estende está estendendo essa situação para as cidades. A pobreza rural, a fome nos campos e o êxodo resultam, em escala grande, da insuficiência da atividade produtiva rural de pequena e média dimensão, com destaque à produção agrícola, ao que se somam outros fatores (MALUF *et al* 2000, p. 08).

A Guiné-Bissau possui um solo rico em nutrientes, capaz de garantir uma condição propícia para a prática agrícola de grande variedade de alimentos de qualidade numa proporção suficiente. A grande parte das famílias asseguram a sua segurança alimentar por meio de agricultura familiar, mas, as alterações climáticas, a emigração rural para centro urbano, a constante a instabilidade política que condiciona o processo de desenvolvimento em todos os setores e a pobreza são algumas das causas da insegurança alimentar no país.

De acordo com o Sistema de Seguintos da Segurança Alimentar e Nutricional (SSSAN) (2019) na Guiné-Bissau, a agricultura representa 47% do PIB e emprega 69% da população ativa, a situação de insegurança alimentar piorou nos últimos 4 anos, teve melhora em 2017, mas voltou a piorar em setembro de 2019, como mostra a figura 1.

**Figura 1** - Evolução da insegurança alimentar e nutricional na Guiné-Bissau 2016-2019.

Fonte: SSSAN Guiné-Bissau, 2019

O agrônomo Sambú Seck (2013), aponta os fatores ligados a insegurança alimentar na Guiné-Bissau, como mostra o quadro abaixo.

Tabela 2 - Causas da insegurança alimentar na Guiné-Bissau

a)	Extrema pobreza, fraco poder de compra, incapacidade de gerar rendimentos estáveis e degradação dos meios de subsistência de uma franja dos agregados familiares rurais e urbanos, afetando as capacidades de acesso aos serviços sociais básicos (saúde, educação, higiene, água e saneamento);
b)	Disfuncionalidade dos mercados e das cadeias de valor, entraves à livre circulação dos produtores rurais e dos produtos locais, elevados custos de transação e volatilidade excessiva dos preços;
c)	Fenômenos climáticos e catástrofes ambientais (secas, inundações, invasão de gafanhoto, etc.);
d)	Conflitos e perturbações sociopolíticas.

Além disso, existe uma associação entre fome e conflitos, os conflitos armados responsáveis por severas crises alimentares, que contribuem para uma profunda insegurança alimentar e nutricional. A insegurança alimentar pode agravar um conflito quando aliado a

outros fatores como as migrações forçadas, estruturas institucionais fracas, o que contribui para crises humanitárias. A interface entre a insegurança alimentar e conflitos armados é muito importante para compreender a segurança alimentar, sendo que garantir a segurança Alimentar e Nutricional uma dimensão relevante na prevenção de conflitos civis (SECK, 2013, p.26). Além disso, o agrônomo Rui Andrade mostra que:

a situação da Segurança Alimentar e Nutricional das populações, sobretudo das mais vulneráveis, nas zonas rurais do país, é preocupante e no seu conjunto muito precária, sendo que a pobreza é, predominantemente, a primeira causa de insegurança alimentar. A precariedade da situação de insegurança alimentar é quase permanente e particularmente acentuada nos meses de julho, agosto e setembro. Existe uma forte sazonalidade no que concerne à dependência dos mercados para o consumo do arroz. Efetivamente, há uma maior dependência durante o período de penúria, com o risco constante de haver um aumento dos preços dos produtos alimentares, em particular do arroz, a que se somam as dificuldades de acesso. Os resultados da análise do Estudo/Inquérito aprofundado sobre a segurança alimentar e vulnerabilidade das famílias rurais (PAM/Vulnerability Analysis and Mapping [VAM] 2011) concluem que 20% das famílias rurais (179.000 pessoas) são afetadas por insegurança alimentar, das quais 8% (70.000) se encontram em situação de insegurança alimentar severa e 12% (109.000) encontram-se numa situação de insegurança alimentar moderada. As famílias dirigidas por mulheres são as mais afetadas por insegurança alimentar moderada. (ANDRADE, 2013, p. 29)

O país é dependente do exterior para o abastecimento do mercado, existe a necessidade de importar alimentos devido as necessidades e o défice estrutural na produção de alimentos nacional. Segundo Santy (2021) para analisar a conjuntura da insegurança alimentar no país é importante observarmos 3 elementos na economia nacional:

**Primeiro** o défice estrutural da produção nacional de alimentos em relação às necessidades de consumo da população; **segundo** a limitada capacidade de gerar divisas pelo Estado para comprar alimentos no mercado internacional; **terceiro** a política alimentar inadequada na gestão das ajudas alimentares. A SAN é um constante desafio quanto ao acesso pelos guineenses como um direito, pois estas três características acima descritas evidenciam o baixo investimento dos governos na execução de políticas públicas e políticas de desenvolvimento do setor agrícola, ainda que signatários de acordos multilaterais e com auxílio regular de organismos internacionais. (Santy, 2021, pg.38).

Por conseguinte, Bock (2009) ressalta que existe um forte desequilíbrio entre os recursos e a população, originando consequências imediatas sobre a alimentação, isto é, em relação a cobertura das necessidades alimentares do país. A elevada pressão demográfica sobre os recursos naturais, tende a aumentar por motivo de rápido crescimento da população, que agrava ainda mais a estrutura.

Em certas zonas, a densidade populacional excede os 50hab/km<sup>2</sup>, elevada para um país com zonas áridas ou semiáridas, essa pressão cresceria a 300hab/km<sup>2</sup> se fossem consideradas

as superfícies agrícolas cultiváveis e os perímetros florestais que são destinados à produção. Os números tendem a aumentar e os níveis da produtividade, mal nutrição poderá agravar-se caso não for dada devida atenção aos problemas sérios que afetam o seio rural. (MDRA/DEA, 1995 apud Bock, 2009, pg.111)

Para Bock (2009) a situação piorou-se através do êxodo rural dos jovens para a capital (centro urbano) com dificuldades para enquadrar, ocasionando a desertificação das zonas rurais do seu fator fundamental em termos de desenvolvimento, isso faz com que, a produção agrícola seja reduzida, e o abono das terras agrícolas, por outro lado, aumenta a vulnerabilidade alimentar das populações, e o seu maior empobrecimento.

Segundo Santy (2021), a cidade de Bissau tem um crescimento constante à medida que as cidades cresçam e mais pessoas migram das zonas rurais para zonas urbanas, a procura de melhores condições de vida, assim, o acesso aos alimentos e a fome nas cidades são questões de crescente importância.

A alta taxa de insegurança alimentar das comunidades rurais pode ser explicada pelos resultados de fatores naturais e sociais, como a irregularidade das chuvas, a erosão costeira nas áreas de mangal, a inundação e salinização dos solos das bolanhas<sup>4</sup> a jusante, e sedimentação à montante. Além desses fatores, o fator económico também exerce grande influência no grau de insegurança alimentar. (BARROS e SANTY, 2018)

## MULHERES NA SOBERANIA ALIMENTAR

A mulher não é apenas uma agente de produção, mas tem também uma responsabilidade maior na garantia da sobrevivência da comunidade e no seu equilíbrio. (Bolonha 2013). A partir dessas constatações, podemos inferir que a presença das mulheres – em vários países do mundo – e, sobretudo, permeando as várias dimensões dos sistemas alimentares – preparar a terra, plantar, colher, desenvolver produtos, comercializar, distribuir, prover o acesso e o consumo – possui significativa relevância nas ações cotidianas da Soberania Alimentar dos povos. (Tassi e Bezerra, 2020)

A economia feminista ilumina essa questão ao evidenciar e problematizar a existência de uma divisão sexual do trabalho, na qual são atribuídas às mulheres as atividades relacionadas à reprodução da vida, como o preparo dos alimentos e o cuidado com as crianças, enquanto aos

---

<sup>4</sup> Terreno encharcado utilizado para cultura do arroz na Guiné-Bissau, predominantemente nas margens dos rios e terras baixas e lamacentas. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/diferenca-entre/bolanha/arroz/>. Acessado em: 17/08/2021.

homens são destinados os trabalhos considerados produtivos, que, em função da hierarquização, contam com maior reconhecimento social e valor monetário (Nobre, 2013).

As diferenças entre mulheres e homens são evidentes, sejam elas naturais ou culturais, sendo assim, um dos assuntos questionadas pelas feministas ao longo da história é se uma causa das desigualdades nas relações de gênero está relacionada com essas diferenças. Entre diversas culturas as mulheres por conta da função reprodutiva que cumprem para a espécie humana, historicamente estiveram associadas ao espaço privado, na qual se encontra o âmbito doméstico, de reprodução da vida, entretanto, a desigualdade ocorre a partir do momento em que os trabalhos são hierarquizados, isto é, em que o trabalho reprodutivo é menos valorizado do que trabalho produtivo. (Maronhas et al.2014)

O papel da mulher muitas vezes é visto como ajuda e não um trabalho fundamental, apesar de seu papel fundamental, as mulheres nas áreas rurais enfrentam discriminação de gênero e uma série de restrições sociais, legais e culturais, primeiro, eles têm um acesso mais limitado do que os homens à terra, recursos produtivos e financeiros, educação, saúde, extensão rural, mercados, iniciativas de adaptação ao clima e oportunidades de emprego segundo lugar, elas estão sujeitas à exclusão social no processo de tomada de decisões e dos mercados de trabalho, bem como à exploração sexual e à violência doméstica. O atual aumento de choques climáticos, eventos climáticos extremos e desastres relacionados ao clima pioram ainda mais o status das mulheres. As mulheres são em grande parte invisíveis, e seu trabalho é visto apenas como uma ajuda ao trabalho masculino ou como uma “obrigação feminina”. Apesar da marginalização que enfrentam, e devido ao patriarcado, o abastecimento de alimentos pelas mulheres não recebe apoio. As mulheres geralmente empregam conhecimento tradicional para garantir a qualidade das dietas das suas famílias enquanto mantêm a biodiversidade. Além disso, devido aos papéis de cuidado atribuídos ao gênero, suas responsabilidades são cruciais para defender a sua própria segurança alimentar e das suas comunidades. (O PODER DAS MULHERES, 2019, p. 45).

## **6 MULHERES RURAIS GUINEENSES E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA SSAN**

Ao longo da história, as mulheres sempre tiveram e desempenharam papel importante na coesão social das suas comunidades em todos os aspetos que norteiam a sociabilidade humana. Porém, na maioria das sociedades, em particular, no contexto africano, contextualizar e falar sobre o lugar de mulher nos remete a debruçar sobre a desigualdade de gênero que, na

maioria dessas sociedades a forma da organização social é baseada num sistema patriarcal que, por si só, constitui um desequilíbrio entre homens e mulheres.

As mulheres são vulneráveis no que tange a saúde, educação, pobreza, poder economia, invisibilidade social, na participação política, na qual tem pouca representatividade, que teoricamente existem leis nacionais, convenções internacionais assumidas pelo governo ainda falta muito quanto ao engajamento do governo sobre as políticas públicas para as mulheres. (Mendes, 2016)

No caso da Guiné-Bissau, de acordo com Barros e Santy (2018), as mulheres constituem o pilar da sociedade guineense, ocupando um espaço essencial na esfera pública e privada. DENARP (2011) assevera que, as mulheres efetuam 55% da produção agrícola, visto que a agricultura é a principal atividade produtiva da Guiné-Bissau.

No contexto familiar, as mulheres na Guiné-Bissau são principais responsáveis pela execução de tarefas domésticas, confecção de alimentos, gestão da casa e do património familiar, educação dos membros da família e das comunidades e ainda na mediação das relações de vizinhança e intercomunitárias. (BARROS, SANTY, 2018). Perante o cenário acima citado, no país apenas 51% das mulheres jovens são alfabetizadas ao contrário de homens jovens que são mais de dois terços (70%) alfabetizados. Além disso, o nível da alfabetização das mulheres jovens nas zonas rurais é três vezes menor que o do meio urbano sendo 25% por 73%, e para os homens jovens são 54% nas zonas rurais e 86% nas zonas urbanas, de uma forma geral o nível de alfabetização na zona urbana é mais alto do que na zona rural tanto para mulheres como para os homens porem com maior predominância dos homens. (BARROS, SANTY, 2018).

Para Mendes (2016), os dados estatísticos em relação a mulher na Guiné-Bissau apontam a desigualdade social baseado no gênero, a política pública de inclusão da mulher nos espaços político, na econômico, no processo educativo e no emprego formal parecem um fenômeno imaginário que nunca foi executado. Ainda, o mesmo, argumenta que, a igualdade de gênero está longe de ser uma realidade enquanto a organização social predominante é baseada no modelo patriarcal.

Nas zonas rurais, as mulheres vivenciam ambiente sociocultural e econômico muito difícil, principalmente, elas são prejudicadas pelas normas e leis com base nas tradições culturais das suas comunidades, que como as outras normas ou contrato social ditam a regra do jogo, entre os quais a forma de participação nas comunidades. Perante o contexto, para responderem as suas necessidades cotidianas e familiar, elas são impossibilitadas de terem acesso a educação formal, sem essa educação reduz ainda mais a sua participação nas tomadas de decisão sobre assuntos relacionados a comunidade e da família.

Segundo a FAO (2017), as mulheres rurais enfrentam mais restrições do que os homens no acesso à terra, água, sementes, insumos agrícolas, crédito, assistência técnica, cooperativas rurais, mercados de produção entre outras, em todas as regiões do mundo. Sendo assim, as mulheres são vítimas de discriminação nos mercados de trabalho rurais, sendo responsáveis pela maior parte do trabalho não remunerado, cuidam das casas dos filhos e dos afazeres domésticos, esses motivos contribuem de uma forma significativa para diminuição da capacidade das mulheres cooperarem com a produção agrícola e desenvolvimento sustentável.

Os dados da Unesco apontam que, a taxa da população com acesso à educação formal na Guiné-Bissau é de cerca de 60%, (72% dos homens literados *versus* 48% das mulheres). A taxa de alfabetização das mulheres é cerca de 20%, ilustrando o acesso muito limitado das meninas e mulheres à educação. Apenas 37,5% das crianças nas escolas primárias são meninas. (MINISTERIO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2017).

Assim, pode-se perceber que as mulheres que vivem no interior do país, encontram ou enfrentam um contexto desfavorável amplo e diversificado, principalmente no que tange as formas sociopolíticas, não havendo instituição que zelam pelos direitos das mulheres, acabam sendo controladas pelas leis tradicionais que na maioria dos casos, são machistas que definem os critérios da participação feminina na sociedade. Perante essa situação e de satisfazer e dar respostas às necessidades do cotidiano e da família impossibilita-as de criar mecanismos de se preocupar-se com em reforçar as suas competências em todos os aspetos ligados ao conhecimento de forma a permitir a sua participação nas tomadas de decisão (BARROS e SANTY, 2018).

Um dos aspetos que não é levado em consideração no que tange a luta contra a pobreza e da segurança alimentar é a questão do gênero e, a Guiné-Bissau não foge a regra. O país se encontra totalmente atrasado em relação ao desenvolvimento do setor agrário, principalmente ao papel que as mulheres desempenham e o lugar reservado no setor agrário e nos programas voltadas a esse setor. No caso das comunidades do interior do país, levando em consideração as circunstâncias de cada grupo étnico, as mulheres desempenham papéis diferentes em relação aos homens. Os homens são responsáveis pelo cultivo de diferente espécie, enquanto que as mulheres ficam com a responsabilidade pelo cultivo de pequena escala, através do qual cria condição para alimentação familiar. “As mulheres desempenham um papel fundamental na agricultura, onde a quota feminina (55% do trabalho) é superior à masculina” (Ministério da Economia, do Plano e Integração Regional, 2010). (MINISTERIO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL,2017).

Diante do exposto é possível perceber que as mulheres rurais são afetadas de forma duplo tanto na relação doméstica levando em consideração de que não têm o poder da decisão como no poder público.

## **7 PROJETOS DE ORGANIZAÇÕES COM MULHERES RURAIS GUINEENSES**

O Programa Mundial de Alimentação (PMA) é uma das agências das Nações Unidas responsável pela ajuda alimentar, ele foi fundado no 1963, e tem como objetivos de erradicação da fome, ajudar os destituídos a saírem da pobreza; visa os mais carentes como crianças mal nutridas, em idade escolar, órfãos; vítimas de desastres naturais e conflitos armados; auxiliam os países a desenvolverem programas de combate à fome.

O Programa Mundial de Alimentação na Guiné-Bissau tem parcerias com várias organizações governamentais e não governamentais tais como a Tiniguena na qual tem parceria no projeto “MULHERES RURAIS GARANTES DA PRODUÇÃO, SEGURA NOS DIREITOS E CONSOLIDAÇÃO DA PAZ” que analisaremos mais adiante. Tiniguena, “esta terra é nossa” na língua local, é uma das primeiras ONGs nacionais criadas desde 1991 na Guiné-Bissau, surgiu dentro de um contexto de adoção do programa de ajuste estrutural com forte impacto negativo sobre a vida nas comunidades locais e pressão crescente sobre recursos naturais. Tem como missão promover um desenvolvimento participativo e durável, baseado na conservação dos recursos naturais culturais e no exercício da cidadania.

Com o foco na melhoria das condições de vida das populações nas comunidades, incluindo-lhes em todas as etapas da sua ação, a questão da equidade do género assume uma importância crucial, a promoção de mulheres e meninas como sujeitos reais capazes de beneficiar e contribuir para o processo da delimitação de estratégias gerais que assegurem a manutenção de condições básicas de sobrevivência tem merecido uma atenção especial nas atuações da Tiniguena junto das populações em diferentes zonas, além disso, a agricultura é a sua principal chave de intervenção desde da sua criação. (Projeto simplificado- Mulheres Rurais, 2018)

E recentemente desenvolveu um projeto na área de proteção marinha tendo as mulheres como atores principais. O projeto visa reforçar a capacidade e o papel da mulher na conservação de sementes de diferentes culturas para garantir a manutenção e melhoria da diversidade agrícola local.



## **8 PROJETO: MULHERES RURAIS: GARANTES DA PRODUÇÃO, SEGURA NOS DIREITOS E CONSOLIDAÇÃO DA PAZ**

O projeto “Mulheres Rurais: garantes da produção, segura nos direitos e consolidação da paz” é um projeto da Tiniguena em parceria com o Programa Mundial de Alimentação que visa contribuir para o reforço da cidadania entre homens e mulheres para o desenvolvimento social e político. O projeto tem como alvo as mulheres produtoras rurais e foi implementado nas regiões de Oio, Gabú, Bafatá, Quinara, Cacheu, Tombali, Bolama dos Bijagós.

Os objetivos do projeto são empoderar mulheres para engajá-las na vida política do país, e assim contribuírem para a consolidação da paz e o desenvolvimento. Ele promove o acesso de líderes de iniciativas de mudança social ao poder político; selecionar e formar mulheres na matéria de liderança e apoiá-las no processo; empoderar e engajar as mulheres de modo que possa atuar ativamente na formulação das políticas públicas e legislação nas áreas que afeta a vida familiar e manutenção da paz. (Projeto simplificado- Mulheres Rurais, 2018)

O projeto mulheres rurais formou 2.550 mulheres produtoras rurais de diferentes regiões do país, enquanto atores e líderes comunitários e para que sejam capazes de gerir, identificar, participar nas tomadas de decisões e iniciativas públicas que visam mudanças sociopolíticas nas comunidades. A formação focalizou na análise de comportamentos e processos de tomada de decisão na produção (agricultura de subsistência).

De acordo com o Relatório de Formação em Economia Familiar Rural (2021) a ação da formação visou principalmente dar às mulheres ferramentas que possam provocar mudanças a curto prazo e que garantem maior liberdade para elas. Tendo em conta o alto nível de analfabetismo, a ação de formação foi de uma forma animada, troca de impressões, partilha de experiencias entre as formadas e a formadora, numa forma interativa e participativa através de danças, histórias e contos baseadas na vida real.

Segundo mesmo relatório, a economia familiar é uma atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar em condições de dependência mutua desde a produção, consumo até a distribuição dos rendimentos. Entretanto, desde do período colonial a economia da Guiné-Bissau tem o cultivo de arroz como a produção principal e base alimentar dos guineenses, e tem a castanha de caju que é o produto principal da exportação.

O Relatório de Formação em Economia Familiar Rural (2021) na Região Leste- Gabú, mostra que 550 mulheres foram formadas de diferentes tabancas (comunidades), durante a formação as mulheres partilharam suas experiencias e foi constatado de que a pratica de

economia familiar não é comum nas comunidades de leste, as mulheres trabalham arduamente e ganham pouco, maior parte dos rendimentos vão para despesas da família.

De acordo com Mendes (2016) a Guiné-Bissau tem poucas infraestruturas rodoviárias que é um fator condicionante a mobilidade humana. Sendo assim é um serviço indispensável pois estabelece a aproximação e ligação entre diferentes locais, e a escassez desse serviço dificulta as deslocações dessas mulheres.

A distância entre os locais da realização de “lumo” (feira) e a falta de meios de transporte faz com que a atividade econômica seja pouco e também existe a proibição dos maridos, a maioria das vendas locais são feitas através de trocas de produtos. As mulheres são excluídas no processo de tomada de decisão e quanto a poupança foi concluído que a prática é inexistente por baixo rendimento, dificuldades enfrentadas. (Relatório de Formação em Economia Familiar Rural 2021)

Concluiu-se no relatório que existe a necessidade de reforçar a resiliência da economia familiar rural; necessidade de organizar uma formação conjunta com os maridos; incentivar os seus maridos a investir nas escolas dos filhos.

## **9 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desenvolvimento deste trabalho nos permite analisar como as organizações internacionais, governamentais e não governamentais tais como Tiniguena e o Programa Mundial de Alimentação podem contribuir tanto nos aspectos da segurança alimentar e nutricional como nas questões de gênero e o empoderamento das mulheres rurais, além disso nos permite entender as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, e também formas de discriminação e violência. Chegamos à conclusão de que em todo processo elas acabam sendo as maiores vítimas e enfrentam muitos obstáculos como acesso reduzido à educação, saúde, serviços públicos básicos limitados entre outros, além disso, se responsabilizam das demandas familiares dado que, todos os recursos obtidos nas suas colheitas parte dos seus esforços, mesmo tendo uma figura masculina nos seus lares, a maior parte da produção são encarregados por elas. No que se refere a voz ativa ou passiva elas se encontram inferiorizadas perante os seus maridos ou membros da família.

O projeto teve um impacto muito significativo na vida dessas mulheres, gerando ganhos indiretos que vai desde o aumento da produção e do rendimento, pois os recursos que vão diretamente para as mulheres são usados para garantir alimentação, gasto no comércio local e

isso impulsiona o desenvolvimento local. Além disso o projeto contribui de forma integrante e ativa para promoção de progressos nas comunidades em prol do desenvolvimento local e participativo. Essa formação de capacitação das mulheres induz elas a ter independência financeira, para a recriação das suas capitais e para que as futuras gerações possam prosseguir na mesma intensidade.

As mulheres sempre desempenharam e desempenham papel importante na sociedade em geral, contudo, falar sobre o papel e o lugar das mesmas nos encaminha a debater sobre a questão da desigualdade de gênero que muitas das vezes é baseada num sistema patriarcal, sendo assim, as mulheres são vulneráveis em todos os aspectos, e já as mulheres rurais vivem num contexto de desfavorecimento múltiplo.

O projeto “Mulheres Rurais – garantes da produção, segura nos direitos e consolidação da paz” tem desempenhado um papel importante formando mais de 2000 mil mulheres e ainda pretende formar mais mulheres de todas as regiões da Guiné-Bissau.

Precisa-se de mais ligação entre as organizações, o governo e as pessoas das zonas rurais, da valorização da agricultura familiar e do papel desempenhados pelas mulheres dentro da sociedade em geral, pois elas são maiores produtoras e suas atividades contribuem para melhor o PIB do país e nível de vida das famílias. É importante ressaltar a importância do tema para reforçar estudos e necessidade de aprofundar pesquisas sobre o gênero.

## REFERÊNCIAS

BARROS. D. Miguel; SANTY. Boaventura - Mulheres Rurais na Guiné-Bissau: estudo de base e diagnóstico participativo nas comunidades de Leste e Norte da Guiné-Bissau. 2018  
Bock, Augusto João (2009), Segurança Alimentar – potencialidade dos recursos na Guiné--Bissau e política alimentar, tese de doutoramento em Engenharia Agronómica, Lisboa, ISA-UTL

BOLONHA. LUDMILA Melo da Costa- O papel das mulheres no combate à insegurança alimentar: um estudo de caso na sociedade Felupe da Guiné-Bissau. 2013

FAO(2016) - Guiné-Bissau e a FAO Construir a resiliência e garantir a sustentabilidade da segurança alimentar e nutricional

FAO (2017) - A importância das mulheres rurais no desenvolvimento sustentável do futuro. DISPONIVEL EM : [Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação: ARTIGO - A importância das mulheres rurais no desenvolvimento sustentável do futuro | FAO no Brasil | Food and Agriculture Organization of the United Nations](#) Acesso em: 15 de maio 2021

FAO, IFAD, UNICEF, PMA e OMS. 2020. O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2020. Transformando os sistemas alimentares para dietas saudáveis a preços acessíveis. Roma, FAO.

Fórum Sociedade Civil, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2013.

GOMES, P. A. G. - Mulheres do sector informal. Experiências da Guiné-Bissau, 2008. Guiné-Bissau- taxa de desemprego- Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/guinea-bissau/unemployment-rate>.

Jalil, Leticia Medeiros. Mulheres e Soberania Alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro, 2009. 198p.

Maluf, Renato Sérgio Jamil; Menezes, Francisco; Marques, Susana Bleil. CADERNO de Segurança Alimentar, 2000. Disponível em: [http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar\\_000gvxlxe0q02wx7ha0g934vgwlj72d2.pdf](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar_000gvxlxe0q02wx7ha0g934vgwlj72d2.pdf) Acesso em: 19 de agosto 2021

Maronhas, M; Schottz, V; Cardoso, E. Agroecologia, Trabalho e Mulheres: um olhar a partir da Economia Feminista. Anais do 18º Redor. Perspectivas feministas de gênero. Desafios no campo das militâncias e das práticas. Recife: UFPE, 2014.

MENDES, H. J. Segurança Alimentar e a Produção de Caju na Guiné-Bissau. Dissertação em Programa da Pós-Graduação em Engenharia de Alimento. Instituto Superior de Agronomia. Lisboa, 2010.

MINISTERIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL. Plano de desenvolvimento agrícola regional de Bafatá. Direcção Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural. – Bafatá, 2017. 134 p.

Mulheres e soberania alimentar: sementes de mundo possíveis. Rio de Janeiro: Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), 2019. 136 p. Disponível em: [http://biblioteca.pacs.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Mulheres\\_e\\_SoberaniaAlimentar.pdf](http://biblioteca.pacs.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Mulheres_e_SoberaniaAlimentar.pdf) Acesso em: 19 dez 2020

Nobre, M. La perspectiva feminista sobre la soberania alimentaria. In: Sempre viva organização feminista (SOF). En busca de la igualdad: textos para la acción feminista. São Paulo: SOF, 2013.

O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional/organizadora, **Marília Leão**. – Brasília: ABRANDH, 2013. 263 p. Disponível em [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca\\_alimentar/DHAA\\_SAN.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf) Acesso em; 01 agosto 2021

O poder das mulheres na luta por soberania alimentar- Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição. 2019. Edição 11

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Rapport national sur le développement humain em Guinea-Bissau 2006

Santy, Amílcar Rodrigues Afonso (2021). Panorama das Políticas Públicas de Segurança Alimentar em Guiné-Bissau – O Acesso à Alimentação, um Direito de todos, publicado em <http://hdl.handle.net/10183/222243>. Disponibilidade: 20 junho 2021

Sistema de Seguimento da Segurança Alimentar e Nutricional Guiné-Bissau 2019

Tassi, M. Maria Érika; Bezerra, Islandia- A soberania alimentar que desperta e aprofunda os saberes em direitos por terra, por comida de verdade e por igualdade de gênero. *Em Extensão*, Uberlândia, Edição Especial, p. 42-52, maio 2020.

THE Global Economy- Disponível em: [https://pt.theglobaleconomy.com/Guinea-Bissau/unemployment\\_rate/](https://pt.theglobaleconomy.com/Guinea-Bissau/unemployment_rate/) Acesso em: 19 out 2020

Relatório de Formação em Economia Familiar Rural na região Leste-Cidade de Gabú. Bissau 27 de janeiro, 2021